



PSICOLOGIA E SAÚDE MENTAL INDÍGENA: RACISMOS E AFETOS NA UNIVERSIDADE

*Suzana Rosa de Almeida¹,
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, BA, Brasil*

*Itayná Ranny Rodrigues Silva Tuxá²,
Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil*

Resumo: O artigo aborda a experiência de bem viver na universidade, a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada. O objetivo foi refletir sobre os processos do bem viver e a transgressão dos padrões racistas na universidade. A análise foi realizada através do relato de experiência de uma estudante indígena, no qual é apontado o movimento de resistência e problematização da hegemonia eurocêntrica nas discussões sobre saúde mental na universidade. Os resultados indicam a transgressão como um ato de enfrentamento, sustentado pela pluralidade epistemológica que exige a reconstrução do diálogo entre os saberes e as teorias sobre saúde mental indígena e as suas múltiplas condições de (re)existências.

Palavras-Chave: Bem viver; Universidade; Racismo; Resistência, Saúde Mental Indígena.

PSYCHOLOGY AND INDIGENOUS MENTAL HEALTH: RACISM AND AFFECT AT THE UNIVERSITY

Abstract: The article addresses the experience of good living at the university, from a critical and contextualized perspective. The objective was to reflect on the processes of good living and the transgression of racist standards at the university. The analysis was carried out through the experience report of an indigenous student, in which the movement of resistance and problematization of the Eurocentric hegemony in discussions about mental health at the university is pointed out. The results indicate transgression as an act of confrontation, supported by the epistemological plurality that requires the reconstruction of the dialogue between knowledge and theories about indigenous mental health and its multiple conditions of (re)existence.

¹ Psicóloga, Doutora em Educação e Saúde (UNIFESP), pesquisadora e colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NEPPINS/UFRB/CNPq). suzi.almeid@hotmail.com e <https://orcid.org/0000-0002-7735-2384>.

²Escritora Indígena, Originária do Povo Tuxá e Graduada de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



Keywords: Good living; University; Racism; Resistance; Indigenous Mental Health.

PSICOLOGÍA Y SALUD MENTAL INDÍGENA: RACISMO Y AFECTO EN LA UNIVERSIDAD

Resumen: El artículo aborda la experiencia del buen vivir en la universidad, desde una perspectiva crítica y contextualizada. El objetivo fue reflexionar sobre los procesos del buen vivir y la transgresión de las normas racistas en la universidad. El análisis se realizó a través del relato de experiencia de un estudiante indígena, en el que se señala el movimiento de resistencia y problematización de la hegemonía eurocéntrica en las discusiones sobre salud mental en la universidad. Los resultados apuntan a la transgresión como un acto de confrontación, sustentado en la pluralidad epistemológica que exige la reconstrucción del diálogo entre saberes y teorías sobre la salud mental indígena y sus múltiples condiciones de (re)existencia.

Palabras-clave: Buen vivir; Universidad; Racismo; Resistencia; Salud Mental Indígena.

PSYCHOLOGIE ET SANTÉ MENTALE INDIGÈNE: RACISME ET AFFECTION À L'UNIVERSITÉ

Résumé: L'article aborde l'expérience du bien vivre à l'université, dans une perspective critique et contextualisée. L'objectif était de réfléchir sur les processus de bien vivre et la transgression des normes racistes à l'université. L'analyse a été réalisée à travers le rapport d'expérience d'un étudiant indigène, dans lequel le mouvement de résistance et de problématisation de l'hégémonie eurocentrique dans les discussions sur la santé mentale à l'université est souligné. Les résultats indiquent la transgression comme un acte d'affrontement, soutenu par la pluralité épistémologique qui nécessite la reconstruction du dialogue entre les savoirs et les théories sur la santé mentale des indigènes et ses multiples conditions de (ré)existence.

Mots-clés: Bien vivre; Université; Racisme; Résistance; Santé Mentale des Indigènes



INTRODUÇÃO

Precisamos ser intolerantes com as diversas formas de produções de violências e esse enfrentamento precisa ser introduzido nos nossos fazeres e saberes, nos nossos posicionamentos, ações cotidianas, pautas levantadas, referências buscadas (ITAYNARA TUXÁ, 2022, p. 17)

O debate sobre o bem viver na universidade evoca uma reflexão sobre a alteridade e a autonomia nas relações que permeiam a dinâmica acadêmica. Conforme o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p.169), a alteridade é definida como natureza ou condição do que é outro, do que é distinto. Envolve uma situação que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença. Já a autonomia consiste no direito de um indivíduo tomar decisões livremente e reger-se segundo leis próprias. No sentido psicológico, significa “a preservação da integridade do eu” (Houaiss, 2001, p. 351).

Nesta interface, o papel da psicologia é construir estratégias e ferramentas teórico-práticas que promovam a autonomia e a emancipação do sujeito na relação com o social, opondo-se à opressão e auxiliando o sujeito na construção de uma percepção crítica da realidade. Segundo Passos (2007), o compromisso ético da psicologia é assim, auxiliar o indivíduo a ser livre diante das possibilidades de escolhas. O sujeito autônomo assume o papel de ator e autor de sua história.

A possibilidade de se expressar livremente de um sujeito demanda a compreensão e o acolhimento do outro. As relações de afetos estruturam grande parte da nossa subjetividade e comportamento. O afeto é construído a partir de estímulos externos, de representações e fantasias dirigido a algo ou alguém. “Afeto implica em uma relação dialógica, de responsividade, estabelecida entre o afetar e o ser afetado” (FRANCISCO, 2005, p. 170).

Nos diferentes espaços sociais e/ou virtuais, somos afetados e afetamos o outro. Observamos o outro e construímos sua definição. Neste movimento, a alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade como uma espécie de distinção radical. Desse modo, o louco confirma a nossa razão; a criança a nossa maturidade; o selvagem, a nossa civilização; o marginalizado, a nossa integração (LARROSA, LARA, 1998).



O caráter afetivo da alteridade é desvelado nas vestes subjetivas do encontro com o outro e com toda a diversidade histórico-cultural que o outro integra. A universidade pública é definida como um espaço democrático. Do ponto de vista relacional, as narrativas e experiências apresentadas ao longo deste trabalho apontam que ela não é tão democrática quando falamos de estudantes indígenas na medida em que eles precisam ocupar, permanecer e resistir as violações oriundas do racismo neste espaço.

O legado colonial insiste na segregação e dominação do poder, na invisibilidade de corpos/saberes e na desvalorização de uma cultura para valorização de outra. As práticas racistas produzem preconceitos associados ao imaginário social daquilo que é definido por “índio”. São discursos que colocam os indígenas em um tempo distante e fora de contexto, em uma posição mitológica e selvagem, anulando sua condição de humanidade e associando-os a animalidade, “produzindo assim um desafeto, uma desumanização, não sensibilidade a esses corpos, um negacionismo e estranhamento a essas identidades” (ITAYNARA TUXÁ, 2022, p. 17).

Do ponto de vista epistemológico e curricular, a universidade reproduz modelos coloniais que inclui desde o método jesuítico de ensino até a invisibilidade de pautas importantes que deveriam integrar os projetos curriculares. Conforme Itaynara Tuxá (2022), o modelo intelectual predominante no quadro teórico-científico é baseado nas visões eurocêntricas e hegemônicas. Sendo assim, as produções e referências contextuais e nacionais são excluídas das discussões.

Nesta direção, é importante ressaltar que:

Quanto mais silenciosos forem a sociedade e os aparelhos sociais – universidades, equipamentos de saúde, educação, cultura e lazer – no trato com a diferença e a diversidade, desconsiderando o negro e o indígena como sujeitos importantes da condição de multiculturalismo, maiores serão os entraves para o desenvolvimento de uma cultura da igualdade, dos desenvolvimentos afetivos, a partir da implantação de um modo de vida e sociabilidades que primem pelo diálogo e superação de conflitos, evitando o terror da violência que é a ausência do diálogo e a não admissão da heteronomia (MARQUES, 2023, p. 100).

Guiadas pelo enfrentamento desta problemática na universidade, delimitamos no decorrer do artigo, reflexões sobre alguns questionamentos cruciais: quais sentidos podemos atribuir as experiências do bem viver na Universidade? Qual a concepção de educação que fundamenta as relações acadêmicas? Para que aprendemos e ensinamos? para legitimar como “conhecimento” determinados conteúdos curriculares?



BEM VIVER, SAÚDE MENTAL, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

Na obra *Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucum*, Nita Tuxá (2022, p. 103) define o bem-viver como “o potencial e a sinergia de uma população, que precisa ter seu modo de vida respeitado e resguardado. A ideia de bem viver indígena se aproxima da experiência de saúde mental ou qualidade de vida”. Nesta perspectiva, a ideia de bem viver estabelece relação com os processos culturais, emocionais, espirituais, históricos e sociais associados às experiências coletivas das comunidades e seus contextos.

A noção de bem viver convoca uma perspectiva crítica e contextualizada. Nesta discussão a psicologia precisa assumir sua face interdisciplinar e dialogar com a antropologia no que tange a contextualização dos sujeitos e suas narrativas culturais (MINAYO, 2009). Assim, buscamos realçar esse princípio epistemológico como um fundamento importante na compreensão sobre os sentidos atribuídos as experiências subjetivas, estruturadas no entrelaçamento entre o individual, o social e o simbólico (GAINO, ALMEIDA, 2022).

É importante considerar que a saúde mental na universidade abrange um movimento dinâmico e complexo que se concretiza no nível das relações estabelecidas entre os estudantes, os professores e a comunidade acadêmica. Neste processo, observamos a existência de mediadores entre estudantes e os professores, como a comunicação entre os sujeitos, os textos científicos, os recursos didáticos/metodológicos e a interação cotidiana dos estudantes com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os processos do conhecimento mediados pelas interações verbais estão na base de grande parte das atividades humanas, considerando seu contínuo movimento de construção e reconstrução da cultura popular, acadêmica, científica ou tecnológica. Podemos compreender o conhecimento, como um lugar de construção de sentidos. Esse lugar desvela uma face simbólica dos saberes que só pode ser apreendida no diálogo entre os sujeitos. Nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão e nas demais atividades desenvolvidas nas universidades, o diálogo é sempre parte fundamental do fazer ético, científico e cultural (SIMÃO, 2004).

O elo existente entre comunicação e aprendizagem na universidade convoca uma reflexão crítica sobre comunicação e as relações de poder. Por diversos caminhos e razões de ordem teórica e política cada vez mais a palavra comunicação vem sendo utilizada de forma semelhante a informação. Conforme Araújo e Cardoso (2007), essa conduta pode prejudicar a compreensão dos processos históricos, sociais e culturais vinculados a comunicação, além de dificultar a percepção dos interesses em luta. A comunicação é parte importante dessa luta, sendo a natureza e a qualidade de suas práticas, responsáveis por contribuir para a transformação das relações de poder ou para a sua manutenção.

A problematização dos aspectos fundamentais da comunicação nas formações acadêmicas tem como ponto de partida a necessidade de repensarmos os ideais modernos de objetividade e neutralidade, depositados nos diálogos com as ciências (PORTOCARRERO, 2009). É oportuno assinalar que, a concepção e o valor da comunicação são plurais. Vão desde sua compreensão como um sistema de transferência de informações até a de comunicação como prática política.

A comunicação integra muitas faces, ela é vivência individual e coletiva, é prática social, experiência cotidiana que leva à formação de diferentes pontos de vistas. A origem da palavra comunicar vem do latim *communicare* e seu significado evoca o ato de tornar comum, repartir, reunir ou associar. A raiz principal é *mun*, relacionada com a palavra comunidade. Há, assim, “na etimologia da palavra comunicação, um elo fundamental entre o sentido de partilha de informação e o sentido memorial de comunhão” (De Marco, 2011, p. 63).

Nas palavras de Ailton Krenak, “somos sujeitos coletivos, e a ideia de cuidado visa um coletivo. A abordagem não pode capturar um sujeito, uma pessoa, um indivíduo como objeto do cuidado. O cuidado tinha que ser como a nossa mãe, a terra, a natureza, os rios, as montanhas” (Krenak, 2022, p. 52-53). Para o autor, as dimensões do cuidado e da comunicação no contexto da saúde precisam ser fundamentadas na pluralidade epistemológica, estruturada na integração entre os saberes.

Encontramos neste pensamento de Krenak, uma aproximação com a filosofia Ubuntu. Conforme Cavalcante (2020), a palavra Ubuntu tem origem nos idiomas zulu e xhosa do sul do continente africano e tem como significado a humanidade para todos. Tal filosofia busca a compreensão do mundo e de verdades encontradas na racionalidade humana de forma holística e integradora. Nesta perspectiva, a Filosofia Ubuntu fundamenta-se em uma ética da coletividade, representada principalmente, pela



convivência harmoniosa com o outro e baseada na categoria do “nós”, como fio integrante de um tecido social.

A Filosofia Ubuntu resgata a importância da essência de ser uma pessoa com consciência coletiva. De acordo com os fundamentos da Filosofia Ubuntu, somos pessoas por meio de outras pessoas e que não podemos ser plenamente humanos sozinhos, sendo feitos para a interdependência. Desse modo, a Filosofia Ubuntu reforça o senso de democracia através do reconhecimento das múltiplas existências e suas singularidades (CAVALCANTE, 2020).

As ações de saúde mental na universidade devem ser baseadas em experiências contínuas de aprendizagem e autonomia dos sujeitos. A importância da educação para a promoção da saúde é inegável e tem sido reconhecida através dos tempos como fator imprescindível para a melhoria da qualidade de vida e empoderamento coletivo (CARVALHO, 2013).

Retomando as questões acima, qual a concepção de educação que fundamenta as relações na universidade? para que aprendemos e ensinamos? para legitimar como “conhecimento” determinados conteúdos curriculares? Nesta direção, compreendemos a educação como:

Processo dinâmico e contínuo de construção do conhecimento, por intermédio do desenvolvimento do pensamento livre e da consciência crítico-reflexiva, e que, pelas relações humanas leva a criação de compromisso pessoal e profissional, capacitando os sujeitos para a transformação da realidade (PASCHOAL, MANTOVANI, MEIER, 2007, p. 479).

Partindo dessa concepção, ensinamos e aprendemos concomitante. Nesse diálogo torna-se necessário legitimar as vozes indígenas na universidade e uma educação que tenha em seu bojo a interculturalidade, a ação comunitária, a sustentabilidade, a vivência e valorização de seus saberes, territórios, ancestralidade e o processo de decolonização epistemológica (OLIVEIRA, ALCÂNTRA, BARROS, 2022).

Nos últimos anos, as questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se centrais na teoria educacional crítica. Mesmo que tratadas de forma marginal, como "temas transversais", essas questões devem ser reconhecidas como legítimas questões de conhecimento (SILVA, 2000). Nesta perspectiva, a construção do conhecimento integra as subjetividades e as inscrições simbólicas e políticas refletidas sobre os corpos culturais



que aprendem, ensinam e integram os saberes ancestrais e científicos (ALMEIDA, et. al, 2018).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O relato que se apresenta buscou a transgressão como um ato de resistência, construído no elo ético e político entre docente e discente durante as discussões sobre o bem viver e saúde mental na universidade, promovidas pelo componente curricular Psicologia aplicada a saúde.

Durante essa experiência, foi solicitado pela docente a organização de um seminário em grupo sobre a Saúde Mental Indígena e sua relação com os determinantes históricos e sociais. A orientação da docente para o grupo incluiu como contexto de análise, a indicação do documentário *O Mistério de Nhemyrô* (BENITES, 2019).

No documentário “*O Mistério de Nhemyrô*”, Tônico Benites (2019), Guarani Kaiowá, antropólogo e pesquisador retrata a realidade e as violações sistemáticas enfrentadas pelas comunidades indígenas que reivindicam o direito da existência. O fenômeno do Nhemyrô é definido pelo autor como um estado de desespero que leva crianças e jovens indígenas a não querer mais viver na terra, levando-os a cometerem o suicídio. Nesta perspectiva, os estudos científicos precisam assumir novas responsabilidades no que tange o fortalecimento do compromisso ético e social no combate ao racismo e as desigualdades raciais nas experiências de saúde.

A experiência de Itayná Ranny Tuxá com o seu grupo de seminário foi marcada pelo o movimento de transgredir. O ato de transgredir significa deixar de observar e de respeitar padrões. É desse lugar de transgressão que Itayná Tuxá fala e se desvincula do seu grupo de seminário, recorrendo a uma escrita individual com vozes coletivas sobre a saúde mental indígena e seus determinantes históricos e sociais.

Esse fato nos convida a refletir sobre o poder das nossas experiências e o papel dos nossos afetos no percurso da formação acadêmica. Nesta direção, o conhecimento de Itayná Tuxa sobre o seu lugar de pertencimento a permite reunir parâmetros éticos e políticos para a transgressão. Apresentamos, a seguir, sua história.

Itayná Ranny Rodrigues Silva Tuxá pertencente a uma comunidade indígena, localizada no sertão do interior da Bahia, extremo norte, no submédio Rio São Francisco, na cidade chamada Rodelas. O território do povo Tuxá foi inundado por uma hidroelétrica



chamada na época hidroelétrica de Itaparica, há 32 anos atrás, não tive o direito de nascer, crescer no meu território, na minha terra e até hoje lutamos incansavelmente pela demarcação de nosso território, nos realocaram para uma área “temporária” com a promessa que teríamos o direito à terra que nos foi tirado, atualmente vivemos em uma área pequena e não temos para onde crescer, conseguem pensar nos impactos psicossociais para o povo Tuxá?

Esse fato produz uma série de iniquidades em saúde, podemos citar a questão da insegurança alimentar, de violências diversas, conflitos, o trânsito dos não indígenas, dentre outras, a partir disso, distanciamento das políticas públicas, falta de perspectivas.

Quando abordamos a saúde mental indígena, é importante mencionar a questão do uso abusivo do álcool e a questão do consumo de álcool pois há uma diferença. Algumas comunidades indígenas têm em sua cultura a bebida alcoólica usada em rituais sagrados tendo um significado dentro desse processo espiritual, somente nesse significado e dentro daquele regimento, que é diferente do uso abusivo de álcool e sim, nesse caso o uso abusivo de álcool é um determinante social complexo de outras questões. Uma série de fatores vão trazer essa manutenção do álcool nos territórios.

O álcool esconde um panorama muito maior relacionado a política integracionista, racista, desse projeto colonial. Diante das narrativas racistas e teorias eurocêntricas trazidas no grupo de seminário, começo descontruindo um trecho totalmente descontextualizado em que se diz que nós indígenas perdemos referência. Em relação a perda de referências e desestruturação da sociedade indígena como citado, isso é muito problemático, não vejo que nós indígenas perdemos referências e que há uma desestruturação da nossa sociedade, pelo contrário a gente tem buscado em todos os tempos e em todas gerações, formas e estratégias de resistência a uma ideia dominante, de denominação dos nossos territórios, dos corpos, dos nossos modos de ser e de estar no mundo. Uma outra visão de mundo, branca e eurocêntrica que o tempo todo produz interferências não só nas sociedades indígenas, mas em toda sociedade que não segue esse modelo ocidental. Reitero que é complexo afirmar que essas sociedades se encontram desestruturadas e com suas referências perdidas, quando vemos o contrário disso, seja no campo político, dentro de nossos territórios ainda que com violência e ainda tendo que passar por vários processos de vulnerabilização, continuamos lutando com muita resistência.



O movimento de transgressão com o grupo do seminário foi um ato de resistência e problematização. Um aspecto problemático na postura do grupo foi o fato de mobilizarem Émile Durkheim, um homem branco que vem da França e colar isso no estudo sobre a saúde mental indígena, sem estudar e considerar uma série de questões, reproduzindo o racismo institucional e a falta de diálogo com autores que trabalham com a abordagem de descolonização, como o Ailton Krenak, Tônico Benites, um exímio pesquisador sobre o fenômeno do suicídio entre as comunidades indígenas no Brasil.

Quando se fala de suicídio anômico na teoria de Durkheim, fala de mudanças abruptas e que ocorrem em períodos de crise sociais, no entanto essa crise social que estamos falando aqui nas sociedades indígenas, elas não ocorrem em determinado tempo, é uma continuidade desde 1500 então não condiz com nossa realidade.

Também é importante pensar que não há estudos e eu particularmente desconheço, o suicídio atrelado ao uso abusivo de álcool exclusivamente. Na maioria dos casos em que se tem suicídio nos territórios indígenas, vou trazer especificamente para Bahia não há necessariamente uma relação direta com o uso abusivo de álcool. No contexto nacional, a maioria são adolescentes e mulheres que tentam o suicídio, no entanto a incidência é maior entre os homens devido ao instrumento utilizado, são mais letais embora as tentativas de suicídio sejam maiores entre as mulheres indígenas. Sobre a frase de Azambuja, é muito violento ler esse termo “índio”, acompanhado de falas racistas como: nós não sabemos quem somos. Uma frase extremamente violenta sobre nossos corpos, culturas, resistência e territórios. É de uma extrema violência simbólica e social de nossas populações, que muito pelo contrário sabemos quem somos e de onde viemos, as nossas raízes estão conectadas, com o sangue com nossa terra. Será que não são os não indígenas que estão em crise? Essa sociedade do consumo, do capitalismo, da mercantilização, a crise com o ecossistema de colocar a humanidade acima de todos os sistemas de vidas.

Outro aspecto importante na dimensão psicossocial no que se refere à saúde mental, é o fato dela ser sustentada pelo modelo de sociedade ocidental que traz a fragmentação dos corpos, a dicotomia da mente-corpo, de um outro processo de compreensão, de corporeidade, de práticas de cuidado. Durante as aulas de psicologia aplicada a saúde, refletimos sobre o papel das práticas do cuidado coletivo no processo de estruturação das emoções durante a gestação das mulheres Tembé, da relação com o meio ambiente, da filosofia de vida dos indígenas e do seu bem viver (Almeida et., 2018).



É necessário construir uma perspectiva crítica e contextualizada no campo da saúde mental, quando falamos desse conjunto de ações, normativas que operacionalizam as políticas de saúde nos territórios indígenas elas apresentam programas estruturados, metas para atingir dentro dessa lógica de modelo de saúde muito centrado no saber biomédico, nas práticas colonizatórias e que acaba sendo um desafio muito grande trabalhar essa interculturalidade e integração entre os saberes nos territórios indígenas.

Nas palavras de Sônia Guajajara (2020), “a ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo”. Partindo da sua sabedoria ancestral, Itayná Tuxá apresenta seu corpo político munido de vozes coletivas que denunciam a sistematização das violações históricas. A transgressão inscrita neste movimento, assinala a importância do compromisso ético e social da universidade na garantia dos direitos humanos e das condições dignas de educação e de saúde.

TRANSGREDINDO OS PADRÕES RACISTAS, ACOLHENDO OS AFETOS E INTEGRANDO OS SABERES

O racismo científico, a patologização das diferenças e o aniquilamento das identidades são dimensões perversas e recorrentes no campo da saúde mental. Ailton Krenak, no seu livro “A vida não é útil”, afirma:

Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições – foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho (KRENAK, 2020, p. 9-10).

As teorias precisam ser contextualizadas nos territórios nos quais as experiências humanas ganham ou perdem o sentido da vida. A universidade é um espaço relacional complexo povoado por vozes que ecoam em várias direções, interesses e lutas. O racismo estrutural produz violação de direitos e sofrimento que limitam o ingresso e a permanência de estudantes negros e indígenas no ensino superior.

Conforme Almeida (2018), o racismo estrutural se configura como um processo histórico e político que cria condições sociais delimitadas, grupos racialmente identificados, excluídos e discriminados de forma sistemática. Desse modo, é importante



compreender a raça como uma determinante social construída não só do ponto de vista dos traços fenotípicos, mas também por um conjunto de fatores e experiências heterogêneas que irão refletir sobre o bem viver e a saúde mental dos estudantes negros e indígenas na universidade.

A saúde mental dos estudantes indígenas, seus aspectos emocionais e afetivos sofrem os impactos das violências étnicas engendradas pelo racismo. As experiências de asfixia psíquica são geradas por preconceitos e discriminações nas relações entre colegas e professores na universidade, pelos sentimentos de inadequação, ausência de referências epistemológicas indígenas nas discussões e perspectivas reducionistas.

De acordo com Santos e Oliveira (2021), no âmbito epistêmico dos cursos de saúde, as teorias exploradas reforçam a hegemonia do eurocentrismo epistemológico que se distanciam de muitas perspectivas contextuais, existenciais, sociais e espirituais da diversidade étnico-racial da população brasileira. Neste caso, a universidade precisa ser pensada como um espaço político através do qual podemos questionar os mecanismos de naturalização bem como desenvolver estratégias de enfrentamento e empoderamento.

As teorias vinculam-se aos contextos histórico, social, político e econômico de uma época e de um lugar. Reconhecer a historicidade significa compreender de modo crítico que as concepções científicas dependem do conhecimento considerado legítimo em cada sociedade, ou seja, a concepção sobre um determinado fenômeno não é definida da mesma maneira pelas sociedades. Dependerá de valores sociais, de concepções filosóficas, científicas e culturais.

Conforme a lente foucaultiana, a história do pensamento é a análise do modo pelo qual um campo não problemático da experiência torna-se um problema, suscita discussões e debate, incita novas reações e induz crises em comportamentos, hábitos, práticas e instituições antes silenciosos (FOUCAULT, 2001 apud PORTOCARRERO, 2009).

No campo da saúde, alguns modelos teóricos ganham o estatuto de verdade e tornam-se hegemônicos. Eles moldam a percepção, orientam a análise, delimitam as possibilidades de ação e são objetos de disputa pelo poder simbólico. O poder simbólico está associado à noção de legitimidade. Essa legitimidade é conquistada no território da comunicação e dos sentidos sociais (ARAÚJO, CARDOSO, 2007).

Os corpos são passíveis de serem estudados cientificamente e em conformidade com as designações de poder. As epistemologias são redutos dos modos como a história



dos corpos é apresentada ou silenciada (OLIVEIRA, 2020). Neste sentido, Souza e Oliveira (2014) afirmam que os processos subjetivos que permeiam a construção identitária, conectando o passado, o presente e o futuro, buscam os significados da vida entre o território da exclusão e o território da oportunidade e empoderamento. As vozes ancestrais ecoam sobre o corpo marginalizado, reconstruindo a realidade através dos processos de empoderamento que culminam na busca pela transformação social.

Como aponta Bell Hooks (2013), a linguagem é um importante espaço de lutas. Neste contexto, o lugar de escuta se configura como um espaço político que pode ampliar os territórios da linguagem, compreendendo-os não como instâncias estáticas, mas como um lugar de reconstrução de sentidos. Assim, ela aponta a importância da reconstrução de um “ensino que permita transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação em um espaço construtor de liberdade e autonomia” (Bell Hooks, 2013, p. 24).

No processo de ensino e aprendizagem, a experiência compartilhada nesta produção textual foi construída através de um espaço de escuta e de diálogos entre a docente e os discentes. Esse fato nos mostra a importância da historicidade do conhecimento e do saber cultural de cada sujeito. Além disso, essa dimensão dialógica apontou o papel das memórias históricas e decoloniais no horizonte de uma educação anticolonialista, crítica e democrática.

Como nos aponta Bell Hooks (2013), é fundamental valorizar a presença de cada participante que contribui com a dinâmica da sala de aula, compreendendo essas participações como recursos construtivos para a estruturação de uma comunidade aberta de aprendizado, promovendo a integração entre os saberes, a valorização da cultura e do afeto nos processos educativos.

A sistematização da formação entre sujeitos no contexto da sala de aula nos convida a resgatar a relação entre memória e compromisso ético. Como parte da ética, a memória histórica é um recurso fundamental na compreensão sobre a saúde e seus determinantes: raça, etnia, gênero e classe social. A memória histórica sugere o que se vê sobre a dor e o sofrimento de uma comunidade e de onde se vê essas experiências que afetam diretamente a vida e a saúde das populações negras e indígenas no Brasil (MARQUES, ALMEIDA, 2022).

Do ponto de vista prático, é importante enfatizar que:



A atuação do psicólogo junto as comunidades indígenas demanda novas epistemologias e a integração dos saberes. O discurso e a prática precisam ser condizentes com os prismas da interculturalidade e do reconhecimento dos cuidados plurais e comunitários. Caso contrário, estará sendo mais um colonizador (NITA TUXÁ, 2022, p. 104)

Desse modo, é fundamental identificar os determinantes históricos e sociais que se fazem presentes na discussão sobre saúde mental. É necessário ainda:

Legitimar as epistemologias constituídas a partir das diversidades étnica, racial e cultural do Brasil. Nesta perspectiva, podemos construir uma perspectiva social, existencial e espiritual dos povos negros e indígenas aliadas às práticas psicológicas de cuidar (SANTOS, OLIVEIRA, 2021, p. 250).

Por isso, a relação inter e transdisciplinar entre as teorias é fundamental para a construção de uma perspectiva crítica e contextualizada. Partindo dessa perspectiva, é mais adequado tratar o cuidado em saúde sob a ótica do pluralismo, permitindo a coexistência de explicações de naturezas teóricas diversas.

É preciso considerar que o eixo interdisciplinar surge com o objetivo de aproximar os aprendizes de uma realidade complexa que não pode ser encaixada em única teoria. Isso significa considerar a psicologia da saúde em sua relação com os processos históricos, sociais e culturais da subjetividade. Isso implica uma experiência de análise crítica das formas instituídas e depende da intencionalidade ética e política dos educadores e demais atores da comunidade acadêmica.

CONCLUSÃO

Em Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia, Oliveira (2020) nos alerta que a resistência decolonial precisa estar viva e atenta nos espaços acadêmicos. A tentativa de estrangular os corpos negros e indígenas presentes nas pseudociências e nas inúmeras violações na história das civilizações humanas é reiteradamente frustrada no ato de resistência de pensadores e cientistas que nos ensinam a transgredir e enfrentar o racismo científico.

A construção do bem viver na universidade reivindica uma perspectiva bio-psico-social e cultural que só poderá ser constituída através de uma articulação inter e transdisciplinar. O modelo de educação dialógica de Bell Hooks aponta a



transdisciplinaridade como força motriz dos redemoinhos cognitivos e afetivos que vão além das fronteiras disciplinares, redirecionando as trocas epistemológicas e humanas na co-construção do conhecimento e na integração dos saberes.

O elo afetivo e político entre as autoras foi construído no abrigo dos sertões da Bahia que construíram suas vestes identitárias, memórias e sementes da resistência. Guardadas as especificidades, muitas adversidades foram enfrentadas pelas autoras até ocuparem a sala de aula de uma universidade pública, na qual suas narrativas se encontraram. Aprendendo, ensinando e assumindo juntas o compromisso de continuarem lutando contra o racismo e em prol da democracia, da interculturalidade, do acolhimento e das palavras que abraçam a diversidade humana.

Como nos ensina a fala de Manoel de Barros, “não gosto de palavra acostuada” a linguagem é um lugar fértil no cultivo das múltiplas condições de (re)existências e lutas, reafirmando o elo ético e social de uma psicologia política, que alimenta as esperanças, resiste e combate ao racismo nas práticas da educação, da saúde e da vida, cultivando o reflorescimento da autonomia e dos processos de empoderamento.

Concluindo assim, peço licença para estender minha força ancestral e Tuxá a vocês com uma poesia de minha autoria.

O chão que piso
Sinto a força e sabedoria dos meus ancestrais
Em tudo que faço
Desde a minha fala até o chazinho para curar
Do banho de folhas para limpar.
Assuntar o que ainda não foi elucidado
A tomar cuidado com aquilo que nos foi dado
Meu coração é com eles
Não importa onde eu pisar
Ou onde meu canto dançar
A força vem e meus ancestrais também
Não importa onde eu pisar
Afinal, o Brasil foi construído de forma calamitosa
Em cima do sangue dos meus
Onde eu pisar tem história, tem luta, tem resistência, tem um povo



Essa força ancestral está intrinsecamente ligada a mim

O Brasil inteiro é terra indígena sim

A força vem e meus ancestrais também

A força está onde meu pé pisar

Itayná Ranny Tuxá



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Miriam Dantas. et al. Contexto físico e sociocultural de uma aldeia indígena “Tembé” na Amazônia brasileira. **Revista Subjetividades**, Fortaleza. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/7113/pdf>. Acesso em 12/07/2023.
- ARAÚJO, Inesita Soares.; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e Saúde**. Coleção Temas em Saúde Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.
- ARAÚJO, Inesita Soares. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v8n14/v8n14a09.pdf>. Acesso em 15/06/2023.
- BENITES, Tonico. O mistério do Nhemirô (Documentário, Episódio1). Dourados, MZN Filmes e Cunha Porã, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vZzeZOUtjEQ>. Acesso em 11/07/2023.
- BARROS, Manoel de. Menino do mato. São Paulo: Leya, 2010.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia da educação: cumplicidade ideológica. In: MEIRA, M. M. E. M; ANTUNES, M. A. M. **Psicologia escolar: Teorias críticas**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.
- CAVALCANTE, Kellison Lima. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido de Visu**, Petrolina, 2020. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/52/148>. Acesso em 11/07/2023.
- CARVALHO, Sérgio Resende. Aspectos metodológicos e contexto da investigação. In: Carvalho, Sérgio Resende. **Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- DE MARCO, Mario Alfredo. Modelos de comunicação e comunicação em saúde. In: **Psicologia Médica: abordagem integral do processo saúde-doença**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- FRANCISCO, Ana Lúcia. Resgatando o afeto. **Boletim de Psicologia**, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432005000200004. Acesso em 10/07/2023.
- GAINO, Silvana Batista.; ALMEIDA, Suzana Rosa.; FLOR DO CORAÇÃO, ROSA DO SERTÃO: FRUTOS DA UFRB. In: **Psicologia na UFRB: diversidade e territorialidade** /Organizadoras: Regina Marques de Souza Oliveira, Kelly Cristina Atalaia da Silva e Ana Flávia de Souza Santana. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022.
- GUAJAJARA, Sônia. A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo. Entrevista, 2020. Disponível em: <https://shifter.pt/2020/05/sonia-guajajara-entrevista/>. Acesso em 22/07/2023.



HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2013.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. Objetiva, 2001.

LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez. **Imagens do outro**. Petrópolis. Vozes, 1998.

KRENAK, Ailton. Quando o povo indígena descobriu o Brasil. In: PONTES, A. L. M., HACON, V., TERENA, L. E., and SANTOS, R. V. **Vozes indígenas na saúde: trajetórias, memórias e protagonismos**. Belo Horizonte: Piseagrama; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.

MARQUES, Regina Suama Ngola. **Psicanálise infantil e racismo: saúde mental nas relações étnico-raciais**. Curitiba. Appris, 2023.

MARQUES, Regina Suama Ngola.; ALMEIDA, Suzana Rosa. Saúde mental da população negra: historicidade e clínica In: **Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na Universidade**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde. In: Gastão Wagner de Souza Campos [et al.]. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2009.

OLIVEIRA, Valéria dos Santos.; ALCÂNTRA, Liliane Cristine Schlemer.; BARROS, Flávio Bezerra. DIÁLOGOS DECOLONIAIS: a concepção do bem viver em universidades e faculdades interculturais indígenas. **Revista Even Pedag. Estudos decoloniais**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/6460/7341>. Acesso em 14/07/2023.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&ppt&nrm=iso>. Acesso em 10/07/2023.

PORTOCARRERO, Vera. Formas Históricas de Problematização. In: **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

PASSOS, Elizete. Ética e Psicologia. In: **Ética e Psicologia: teoria e prática**. São Paulo. Vetor, 2007.

PASCHOAL, Amarílis Schiavon.; MANTOVANI, Maria de Fátima ; MÉIER, Marineli Joaquim. Percepção da educação permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino. **Rev Esc Enferm USP**, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/784kG9kynTz8ytKF5XnyvFF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15/06/2023.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. OLIVEIRA, Luiza Rodrigues. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53993>. Acesso em 07/07/2023.

SOUZA, Regina Marques;. OLIVEIRA, Reinaldo José. CORPOS EM CENA NAS METRÓPOLES GLOBAIS: MENINAS NEGRAS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E



CINEMA. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/120/117>. Acesso em 11/07/2023.

SIMÃO, Livia Mathias. Alteridade no diálogo e construção de conhecimento. In: **O Outro no Desenvolvimento Humano - Diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** /Toma.Z Thdeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TUXÁ, Itaynara. Territorialidade e subjetividade: um caminho de retomada do ser. In: **Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucum: narrativas de Indígenas Psicólogos(as) do Brasil**. Org. Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos(as) (ABIPSI). São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

TUXÁ, Nita. De onde falo, porquê falo, o que quero falar. In: **Pintando a Psicologia de Jenipapo e Urucum: narrativas de Indígenas Psicólogos(as) do Brasil**. Org. Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos(as) (ABIPSI). São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

Recebido em: XXXXXXXX

Aprovado em: XXXXXXXX